

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA
LUZIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº
10/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 0000549.02.07-2024.

O Município de Santa Luzia D'Oeste, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMTAS, através do Agente de Contratação Kéven Gonçalves Silva nomeado pela portaria nº 199/2023 de 11 de julho de 2023, levam ao conhecimento dos interessados que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento de menor preço unitário, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do decreto 28/2023 e demais legislação aplicável.

A SESSÃO PÚBLICA será realizada, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro da Secretaria Municipal de Administração, denominado (a) Agente de Contratação e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - licitações on-line www.licitanet.com.br

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de malha de aço 4.2mm, a serem utilizadas para construção de calçadas na Avenida Brasil, sentido Alta Floresta D'Oeste-RO até o bairro Vila Paraná.

Valor: R\$ 10.423,63 (dez mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos).

DA SESSÃO PÚBLICA:

Recebimento das propostas: A partir da publicação;

Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br

Do encerramento do recebimento das propostas: 05 de julho de 2024 às 07:59 horas (Horário de Brasília).

Início da sessão de disputa de preços: 05 de julho de 2024 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF).

Fim da sessão de disputa de preços: 05 de julho de 2024 às 14:00 horas (Horário de Brasília - DF).

Santa Luzia Doeste Ro, 28 de junho de 2.024.

**Edonias Pires Pereira
Secretário de Compras e licitações**



EDITAL 30/2.024
DISPENSA ELETRONICA 10/2.024.

PREÂMBULO:

1. OBJETO

1.2. Contratação de empresa especializada para fornecimento de malha de aço 4.2mm, a serem utilizadas para construção de calçadas na Avenida Brasil, sentido Alta Floresta D'Oeste-RO até o bairro Vila Paraná.

ITEM	ESCRITÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Contratação de empresa especializada para fornecimento de malha de aço 4.2, com medidas de 2.45, de largura por 6.00 mts. de comprimento, a serem utilizadas para construção de calçadas na Avenida Brasil, sentido Alta Floresta D'Oeste-RO até o bairro Vila Paraná.	Und.	50

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 51/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. 1 Da Fundamentação

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

3. DA NECESSIDADE

3.1. A aquisição de malha de aço 4.2, com medidas de 2,45x6,00 a serem utilizadas para construção de calçada em via pública faz se necessária pois o tráfego no local exige um material resistente e durável, ideal para suportar o tráfego de pedestres e eventualmente a passagem de veículos em entradas de residências, além disso, o concreto proporciona uma superfície lisa e uniforme, facilitando a locomoção e acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.

3.2. A construção de calçadas em vias públicas é fundamental para garantir a segurança e o conforto dos pedestres, evitando que caminhem pela rua e se exponham ao risco de acidentes. Além disso, as calçadas contribuem para a organização urbana, tornando a cidade mais atrativa e funcional.

3.3. Portanto, a aquisição de aquisição de malha de aço 4.2, com medidas de 2,45x6,00, para construção de calçada em via pública é uma medida importante para promover a mobilidade urbana, a segurança dos pedestres e a melhoria da cidade como um todo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O OBJETO

4.1. Identificado a demanda de se oferecer o atendimento aos usuários da via ora pavimentada com a construção de calçada de concreto, onde a demanda torna se clara e objetiva, demonstrando a necessidade urgente dessa obra, com o objetivo de dar continuidade em obra já executada através de convenio junto ao governo federal, cabe ao gestor administrar, cuidar e zelar de tudo aquilo que lhe é confiado, nesse caso especialmente a segurança de suas vias públicas, com a construção de calçadas, meio fios,



sinalização e outros.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos para a contratação de uma empresa para o fornecimento de malha de aço 4.2, com medidas de 2,45x6,00, para construção de calçada em via pública podem variar de acordo com a legislação local e as normas específicas do município. No entanto, alguns requisitos comuns podem incluir:

5.2. Registro da empresa: a empresa deve estar devidamente registrada e legalizada, possuindo todas as licenças e autorizações necessárias para operar nesse ramo.

5.3. Experiência e capacidade técnica: a empresa contratada deve demonstrar experiência comprovada no fornecimento e/ou execução de serviços similares e possuir uma equipe técnica qualificada para realizar o fornecimento de malha de aço 4.2, com medidas de 2,45x6,00, de acordo com as especificações exigidas.

5.4. Qualidade de malha de aço 4.2, com medidas de 2,45x6,00, a empresa deve fornecer material de qualidade, que atenda aos requisitos técnicos estabelecidos para esse tipo de obra. Isso pode incluir a apresentação de laudos de laboratório que comprovem a resistência e outras características do concreto.

5.5. Prazos de entrega: a empresa deve garantir prazos de entrega adequados, de forma a não comprometer o andamento da obra. Isso deve ser estabelecido em contrato, com cláusulas que prevejam possíveis penalidades em caso de descumprimento dos prazos.

5.6. Preço e forma de pagamento: o valor a ser pago pela empresa contratante deve ser acordado previamente, levando em consideração o preço de mercado para esse tipo de serviço.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Fica Vedada a Subcontratação.

7. DA ENTREGA DO OBJETO

7.1. A entrega do presente objeto deverá ocorrer com as devidas instalações e acompanhar a nota fiscal e as devidas certidão de regularidade fiscal.

8. DO SEGURO GARANTIA

8.1. Em relação a garantia, não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA GARANTIA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

10.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no edital e na proposta.

10.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no edital e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. DA LIQUIDAÇÃO

11.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 141 da lei 14.133/2021.

11.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.11. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, podendo a mesma ser consultada a autenticidade aos sítios eletrônicos oficiais.

11.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12. DO PRAZO DE PAGAMENTO

12.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30º dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 141 da lei 14.133/2021.

13. FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14. REGIME DE EXECUÇÃO

14.1 O regime de execução do contrato será empreitado por menor preço Global.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

15.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

15.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



15.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

15.5. Cédula identidade do procurador juntamente com a procuração (se for o caso).

15.6. Prova de Inscrição no Cadastro da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

16.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

17.2 JUSTIFICATIVA - A Certidão Negativa de Recuperação Judicial é solicitada como documento de habilitação econômico-financeira a fins de comprovar que o licitante não faz parte de um processo judicial desta natureza. Salvaguardando a administração de contratar com empresas que não possam cumprir com as obrigações assumidas neste edital.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. Estimando-se em R\$ 10.423,63 (dez mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos).

19. DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da secretaria demandante.



19.2.A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Obras;
- II) Fonte de Recursos: 04.1220010.2014;
- III) Elemento de Despesa: 33.90.30;
- IV) Ficha orçamentaria 68

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Além daquelas exigidas em Lei 14.133/2021, deverá:

20.2. Cumprir fielmente as normas estabelecidas neste edital, bem como edital, de forma que o objeto seja executado em conformidade com o solicitado, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

20.3. Fornecer o objeto rigorosamente de acordo com as especificações constantes no edital e na sua proposta;

20.4. Obedecidos aos critérios e padrões de qualidade pré-determinados; deverá ser observado o critério definido pela Secretaria gestora;

20.5. Todo o material e insumos ocorrerá por conta da contratada;

20.6. A Contratada deverá responsabilizar-se pela garantia do produto no prazo da lei pertinente;

20.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à Administração Pública, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;

20.8. Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes e demais custos provenientes da entrega do objeto;

20.9. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigida por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

20.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.11. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Edital e seus Anexos;

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.12. Efetuar o pagamento à Contratada, bem como atestar, através de comissão de servidores, as Notas Fiscais relativas à efetiva entrega do equipamento;

21.13. Rejeitar no todo ou em parte, objeto entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

21.14. Aplicar à Contratada as penalidades previstas, quando for o caso;

21.15. Devolver o objeto, caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, ficando a contratada sujeita às sanções.

22. DAS PENALIDADES

22.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Regulamento Referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por



licitantes ou fornecedores deste município durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - Advertência;
- II - Multa moratória;
- III - Multa contratual;
- IV - Impedimento de licitar e contratar com esta municipalidade, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores deste município, pelo prazo de até 03 (três) anos; e
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza E a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

22.3. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

23. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRONICA

23.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema Licitanet, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

23.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa



Eletrônica, disponível no endereço www.licitanet.com.br, para acesso ao sistema e operacionalização;

23.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados;

23.4 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

23.5 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

23.6 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

23.7 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

23.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

23.9 Aplica-se o disposto na alínea c também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

23.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

23.11 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.



23.12 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando na lei 123/06.

24. INGRESSO NA DISPENSA ELETRONICA E CADASTRAMENTO DE PROPOSTA INICIAL

24.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

24.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

24.3 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

24.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

24.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

24.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

24.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

24.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

24.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar e no edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

24.11 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

24.12 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar sim ou não em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

24.13 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

24.14 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

24.15 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus



anexos;

24.16 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

24.17 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

24.18 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

24.19 Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

24.20 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

24.21 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

24.22 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

24.23 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

25. FASE DE LANCES

25.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

25.2 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

25.3 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como lances intermediários para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

25.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez reais).

25.5 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

25.6 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

25.7 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

25.8 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

25.9 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



26. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

26.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

26.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

26.3 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

26.4 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

26.5 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

26.6 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

26.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

26.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

26.9 Contiver vícios insanáveis;

26.10 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

26.11 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

26.12 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

26.13 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

26.14 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

26.15 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

26.16 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

26.17 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

26.18 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

26.19 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

26.20 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

26.21 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

26.22 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

26.23 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

26.24 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

27. CONTRATAÇÃO

27.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

27.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

27.3 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

27.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

27.5 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

27.6 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

27.7 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

27.8 O prazo de vigência da contratação conforme apresentado no edital;

27.9 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

28.0 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

28.1. Levando em consideração a solução técnica escolhida e por se tratar de uma contratação que culmina em contrato de serviço por escopo, não será parcelado pelo fato de não é viável o parcelamento do objeto.

29.0 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

29.1. Com a presente contratação espera-se: atender definitivamente a demanda apresentada neste estudo, solucionando a necessidade de acessibilidade e segurança a todos aqueles que necessitam utilizar a calçada do referido local.

29.2. O benefício almejado com a contratação pleiteada por este órgão resolvera de vez a carência atual existente, trazendo economicidade, eficiência e eficácia e segurança, trazendo benefícios materiais e humanos, considerando que a vida útil da obra citada e consideravelmente longa e eficiente com manutenção de baixo custo.

30.0 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

31.1. Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

31.2. A fim de garantir o sucesso da presente contratação, este município verificou se de que o serviço a ser contratado terá providências mínimas pelo município e não exigirá adequação, tendo em vista de que a calçada a ser executada será acompanhada também pelo setor de engenharia deste município, juntamente com a comissão de recebimento de obras e serviços designada para esse fim, acompanhando todas instalações em seu ambiente físico. Desta forma não havendo necessidade de capacitação de servidores, sendo que o acompanhamento do mesmo é extremamente simples.

31.0 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

31.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes previstas neste contexto.

32.0 IMPACTOS AMBIENTAIS

32.1. Toda ação humana traz prejuízos e ocasionam quebras aos sistemas biológicos existentes no planeta, seja em macro ou microescala, no entanto, é possível implementar medidas mitigadoras para minimizar os impactos ambientais associados. Uma dessas medidas é a adoção de um plano de gestão de resíduos durante os procedimentos na execução dos serviços, visando reduzir a quantidade de resíduos encaminhados para aterros sanitários.

32.2. Este plano de gestão de resíduos engloba diversas estratégias, como a promoção da reciclagem de materiais, a reutilização de sobras de materiais e a minimização do desperdício. Isso contribui para a redução do impacto ambiental ao diminuir a demanda por novos recursos naturais e evitar a contaminação do solo e da água decorrente do descarte inadequado de resíduos.

32.3. Além disso, é essencial estabelecer um programa de monitoramento ambiental durante a fase de execução do objeto. Esse programa tem como objetivo garantir o cumprimento efetivo das medidas de mitigação ambiental previamente estabelecidas e identificar qualquer impacto não previsto que possa surgir durante o processo.

32.4. Isso possibilita a tomada de medidas corretivas imediatas para minimizar os danos ao meio ambiente e assegurar a conformidade com regulamentações ambientais aplicáveis.



33.0 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

33.1. Diante de todo estudo feito e análises de possíveis medidas para o atendimento da demanda atual com objetivo de executar com agilidade eficiência a solução pretendida, chegamos à conclusão de que outra medida a ser tomada pelo município seria menos vantajosa e eficiente.

33.2. Sendo assim torna se a contratação pretendida neste estudo é viável e plausível, atendendo adequadamente à demanda formulada necessária e às as diretrizes legais, desta forma chegando aos objetivos almejados, conseguindo os benefícios pretendidos adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, inexistindo nada que demonstrem inviável o pleito da preterida contratação.

33.3. Fundamenta se a viabilidade da contratação tendo em vista a capacidade e a solução que foi priorizada para alcançar, da melhor forma possível, ao interesse público e institucional, bem como o atendimento aos usuários da via pública contemplada com calçadas citada neste edital.

34. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

34.1. A quantidade a ser contratada, baseia se no levantamento feito para atendimento aos 750 (Setecentos e Cinquenta) metros quadrados de calçada a ser executado na Avenida Brasil, sentido Alta Floresta D'Oeste- RO.

35. DA JUSTIFICATIVA

35.1 A dispensa de licitação conforme artigo 75 da lei 14.133, inciso II, tendo em vista ser uma contratação simples e inferior à quantia de R\$: 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), cujo o objeto atenderá de forma célere as ruas que necessita deste material, uma vez que o mesmo é primordial na segurança, qualidade e durabilidade da calçada a ser executada.

35.2 Justifica se a necessidade urgente para que este município possa executar o serviço e atender a demanda, com qualidade, eficácia e agilidade, tendo em vista estarmos atravessando o período de estiagem onde este favorece o trabalho, trazendo segurança aos pedestres e bem-estar social para todos os Santa-luzienses que necessitam utilizar a via todos os dias, sendo a trabalho ou lazer, garantindo lhes segurança.

36 IDENTIFICAÇÃO E ESCOLHA DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES

36.1. Como se trata de um serviço necessário e urgente, após levantamento feito neste estudo, identificou-se, que mediante a demanda será um custo único, por se tratar de um serviço que executado, será definitivo, levando em conta o tamanho da demanda e a necessidade de atender com eficácia, agilidade e transparência, a escolha mais plausível conclusiva, será a contratação do serviço ora pleiteado, levando em conta aspectos técnicos e econômicos a ele relacionado, onde trará com certeza no futuro melhor qualidade no transito local, segurança e beleza a todos aqueles que utilizaram a referida via, vindo a trabalho, passeio, ou passando aleatoriamente pelo local.

37. LEVANTAMENTO DE MERCADO e ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

37.1. Este estudo foi realizado através de levantamento com pesquisa prévia da necessidade levando em conta e preço mercadológico com objetivo de escolher a maneira mais eficiente, segura e mais vantajosa para este município, onde a execução de meio fio faz se necessária de imediato, objetivando principalmente a segurança do transito nesta via, onde sem a calçada citada a vida útil do pavimento



existente poderá se comprometer.

37.2. Serviço este que se bem executado, irá ao longo do curso de sua vida útil, atender a demanda e a necessidade existente, gerando ganho, segurança e eficiência ao município, consequentemente qualidade de vida aos tráfegam diariamente pelo local.

37.3. Após levantamento citado fica claro e expresso que com a visão de objetivo atual e futuro, está contratação é a viabilidade administrativa mais plausível e também mostra ser melhor opção econômica, onde a custo benefício, baliza se em uma escolha para uma solução definitiva para a administração pública, permitindo a viabilização de recurso considerando a adequação orçamentária municipal. Sendo assim a calçada é sem dúvida a melhor opção, tanto financeira quanto na agilidade e rapidez em que se almeja.

37.4. A presente contratação tem valor estimado de R\$ 10.423,63 (dez mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos).

38. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

38.1. Em virtude da transição à lei federal 14.133/21 não há plano de contratação para o ano de 2024.

39. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

39.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

39.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste edital, o qual é parte integrante do Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso, §§ III, da Lei nº 14.133/2021.

39.3. Os preços de referência poderão ser definidos por meio de cotação de preços, atas de registro de preço atualizadas, por meio de bancos de preços ou outro método válido utilizado pelo setor competente;

39.4. Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para a contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

40. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

40.1. Atestados de capacidade técnica, por fornecimento de objeto de características similar, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme abaixo:

40.2. O Atestado deve contemplar no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo em relação ao objeto ora contratado.

40.3. É importante justificar por força do art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, a exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica, visto que na execução do objeto, é importante que a administração tenha o cuidado de contratar empresa com capacidade técnica em relação a exigência do objeto, pelas quais havendo má execução poderá colocar em risco a qualidade dos serviços, então tal exigência visa garantir que a empresa tenha a capacidade de executar o objeto dando segurança, e cumprindo as exigência das legislações pertinentes.

41. PRAZO DO CONTRATO E SUAS PRORROGAÇÕES

41. Sendo necessária a elaboração do contrato o mesmo terá o prazo de 01 (um) ano, podendo à interesse da administração ser prorrogado nos termos do art. 106 da lei 14.133/2021.

42. DO LOCAL E PRAZO DE RECEBIMENTO

42.1. O local e o prazo do recebimento serão aquele definido pelo gestor na ordem de fornecimento.

43. DO REAJUSTE (art. 92, V)

43.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

43.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, por meio do índice xxx, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

43.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

43.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

43.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

43.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

43.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

43. DISPOSIÇÕES GERAIS

44.1 O procedimento será divulgado no www.licitanet.com.br e no site da Prefeitura, e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

44.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

44.3 Republicar o presente aviso com uma nova data;

44.4 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

43.5 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

43.6 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

44.7 As providências dos subitens 44.1 e 44.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

44.8 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

44.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de



sua desconexão.

44.10 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

44.11 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

44.12 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

44.13 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

44.14 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

45. DO FORO

45.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Santa Luzia D'Oeste/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea d da Constituição Federal.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA D'OESTE
COMPRAS E LICITAÇÕES

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDONIAS PIRES PEREIRA**, CPF: 638.75*. **2-*5 em **01/07/2024 09:28:01**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0920.2628.401W.717Z.0860**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **967.E0F** - Tipo de Documento: **EDITAL**.

Elaborado por **NILSON GREGORIO NETO**, CPF: 421.83*. **2-*5 , em **01/07/2024 - 08:14:58**

Código de Autenticidade deste Documento: 0830.1Z14.858U.131H.5331

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.santaluzia.ro.gov.br/verdocumento>

